



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus Estruturais
e de Investimento

AVISO Nº 07/SI/2018

PROCESSO DE ACREDITAÇÃO DE ENTIDADES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INOVAÇÃO

PROJETO SIMPLIFICADO

VALE COMÉRCIO

09 DE JANEIRO DE 2018

Índice

Preâmbulo	3
1. Âmbito e objetivos.....	3
2. Tipo de serviços de Vale Comércio	5
3. Natureza das entidades	7
4. Processo de acreditação	7
5. Seleção das candidaturas.....	9
6. Processo de contratação do serviço	10
7. Limite ao número de contratos ativos	10
8. Avaliação das entidades acreditadas	10
9. Divulgação de resultados de acreditação.....	11
Anexo A - Diagrama sobre os procedimentos de acreditação e subsequente contratação	13

Preâmbulo

No âmbito de uma reflexão efetuada sobre os instrumentos simplificados-Vales, concluiu-se pela necessidade de implementar uma nova abordagem, implicando processos de acreditação das entidades em áreas para as quais dispõem de competências próprias para fornecer um conjunto mais restrito de serviços ajustados a cada tipologia de Vale, focalizando os objetivos prioritários deste tipo de instrumento simplificado de forma a permitir uma avaliação objetiva dos resultados conseguidos.

Nos termos do artigo 17.º do [Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização](#), doravante designado por RECI, as entidades prestadoras de serviços, no caso do regime simplificado de candidatura aplicável aos Vales, estão sujeitas a um mecanismo de acreditação, enquanto instrumento de transparência e promoção da qualidade do serviço prestado. Neste Artigo, o RECI estabelece ainda que:

- O processo de acreditação é aberto, permitindo a concorrência entre os potenciais prestadores de serviços;
- A acreditação é efetuada num sistema de registo único, com regras comuns para todos os programas operacionais envolvidos no financiamento dos projetos simplificados Vales, no qual se indicam as áreas para as quais as entidades dispõem de competências próprias, não sendo admitida a subcontratação; e
- O beneficiário avalia o serviço prestado pelas entidades acreditadas nos termos definidos nos avisos para apresentação de candidaturas.

O presente processo é dirigido à acreditação de prestadores de serviços no âmbito do Vale Comércio, não tendo implicações sobre creditações obtidas em concursos anteriormente publicados.

1. Âmbito e objetivos

Em conjunto com a restauração e os serviços, o setor do comércio tem vindo a assumir uma relevância particular no crescimento da economia nacional, afigurando-se fundamental a sua revitalização em áreas consideradas estratégicas, designadamente na promoção da inovação associada à tradição do comércio de proximidade, na renovação de modelos de negócio do Comércio Tradicional, na conceção e implementação de programas de apoio ao comércio, no ordenamento urbanístico comercial e na promoção do turismo.

Neste sentido, a [Lei n.º 42/2017](#), de 14 de junho, estabelece o regime de reconhecimento e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social local, tendo em vista designadamente, a preservação e a promoção das “Lojas com História”, contribuindo por esta via, para a sustentabilidade dos negócios e do enquadramento em que estas atuam, bem como do Comércio Tradicional.

A presente iniciativa de lançamento do processo de acreditação do Vale Comércio encontra-se, assim, alinhada com as medidas de política pública dirigidas ao setor do comércio, bem como com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 42/2017, de 14 de junho, que atribui ao Estado, a competência de assegurar *“a existência de programas nacionais de apoio e incentivo à proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social, em articulação com as autarquias locais, integrados ou não em programas mais abrangentes de apoio ao comércio tradicional, e assentes em procedimentos de seleção de beneficiários que garantam o acesso em condições de igualdade e que não distorçam o normal funcionamento dos setores económicos, com especial enfoque na fiscalidade e nos fundos comunitários”*.

Para além destas, reconhece-se o contributo de outras atividades económicas inseridas nos setores do Comércio, da Restauração e dos Serviços na produção de bens e serviços com relevante criação de valor económico nas regiões em que se inserem e potencial de internacionalização ou de promoção do turismo em território nacional.

O lançamento do Vale Comércio, que agora se inicia com o presente processo de acreditação de prestadores de serviços, tem assim por objetivo o reforço da capacitação empresarial das micro, pequenas e médias empresas destes setores, por via do incentivo à procura de serviços que potenciem a sustentabilidade dos negócios, bem como o conhecimento de mercados e a interface com agentes económicos relevantes nos mercados externos. Em face da sua riqueza patrimonial material e imaterial, importa, em particular, relevar o potencial económico do setor das artes e dos ofícios, tendo por base e visando manter a autenticidade e as qualidades etnográficas das empresas e dos produtos.

A medida Vale Comércio encontra-se, assim, enquadrada na modalidade “Vale Inovação” da tipologia “Qualificação das PME” do Sistema de Incentivos do Portugal 2020.

Ao abrigo deste processo o prazo para a apresentação de candidatura decorre entre os dias 09 de janeiro de 2018 e o dia 29 de março de 2018 (19 horas).

2. Tipo de serviços de Vale Comércio

São apenas enquadráveis as empresas, com atividades económicas nos setores do comércio, serviços e restauração, cujas vendas valorizem a oferta nacional, traduzida no efeito de arrastamento que essa atividade possa ter ao nível da produção noutras empresas localizadas em território nacional.

Os serviços que as entidades acreditadas possam vir a prestar às empresas beneficiárias dos projetos simplificados “Vales” não podem corresponder a atividades recorrentes e devem contribuir para a resolução efetiva de determinado problema identificado de forma clara, objetiva e prática.

No caso particular das “Lojas com História” e das artes e ofícios, os serviços a prestar não poderão desvirtuar - antes devendo contribuir para - a preservação do potencial do património material e imaterial que lhes está associado, potenciando os fatores críticos de sucesso da região onde se inserem.

Assim, são suscetíveis de apoio os serviços de consultoria com vista à implementação de melhorias nas iniciativas empresariais de PME nas atividades económicas acima elencadas, nas seguintes áreas:

- **Inovação organizacional e gestão**, incluindo assistência para a introdução de novos métodos ou filosofias de organização do trabalho, redesenho e melhorias de *layout*, ações de *benchmark*, diagnóstico e planeamento, designadamente:
 - Estudos sobre modelos de negócio que contemplem a inovação da cadeia de valor dos produtos e serviços endógenos, valorizando o património cultural, etnográfico e gastronómico;
 - Estudos sobre modelos de organização do trabalho que se suportem no quadro da economia circular e da eficiência dos recursos energéticos;
 - Desenvolvimento de estratégia de atendimento e fidelização de clientes, com base em estudos do comportamento do cliente;
 - Apoio na definição e otimização de soluções de logística e distribuição, incluindo no âmbito de processos de desenvolvimento e implementação de modelos de *e-commerce*.

- **Criação de marcas e *design***, por via da aquisição de serviços de consultoria para a conceção de marcas próprias ao nível do produto e da empresa, designadamente:

- Estudos de *design* e arquitetura para a otimização e atratividade do espaço comercial (loja, *showroom*);
- Estudos de identidade gráfica para o estabelecimento/produto;
- Projetos de registo de marcas, incluindo a criação de marcas próprias ao nível do produto e da empresa, novas coleções e melhoria das capacidades de *design*.
- **Qualidade**, através de consultoria relativa à utilização de normas e especificações técnicas orientadas para o setor do comércio, serviços e restauração, designadamente:
 - Implementação de sistemas de certificação de qualidade de negócios, produtos e serviços, bem como de sistemas de gestão pela qualidade total;
 - Implementação de práticas de gestão segura de dados.
- **Economia digital e TIC**, abrangendo serviços de consultoria para a definição de modelos de negócio com vista à inserção das PME na economia digital, que permitam a concretização de processos desmaterializados com clientes e fornecedores, assim contribuindo para a sua promoção internacional, designadamente:
 - Desenvolvimento da presença *web*, incluindo *websites*, lojas *online*, plataformas de *ecommerce* nacionais e internacionais e redes sociais, através: i) da conceção de conteúdos digitais (*content marketing*); ii) da recolha, do tratamento, da análise e da visualização dos volumes de dados gerados a partir da navegação e interação de clientes em ambiente digital (*web analytics*); e iii) da utilização de ferramentas de promoção digitais;
 - Serviços de certificação de *site* e lojas *online*, através da avaliação da sua conformidade para com a legislação portuguesa e as melhores práticas europeias;
 - Digitalização dos modelos de negócio e a desmaterialização de processos com clientes e fornecedores, designadamente por via de sistemas de gestão integrados;
 - Desenho de soluções para a gestão e conciliação automática de pagamentos com expansão das modalidades de pagamento.

No âmbito do Vale Comércio, o incentivo máximo que pode ser concedido a cada Vale é de 5.000€ para os serviços acima previstos, nos termos a definir em Aviso de concurso para a apresentação de candidaturas.

3. Natureza das entidades

São entidades especialmente vocacionadas para prestar serviços no âmbito do Vale Comércio, as entidades prestadoras de serviços especializados, com competências comprovadas para esta tipologia de serviços, previamente acreditadas, e as entidades de interface tecnológica.

4. Processo de acreditação

A acreditação é efetuada com a apresentação de candidaturas através de formulário eletrónico em área específica no [Balcão 2020](#).

Para esse efeito é indispensável que a entidade tenha previamente efetuado o respetivo registo e autenticação no Balcão 2020.

Uma vez submetida a candidatura, a mesma não poderá ser alterada.

As entidades têm de cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos, declarando que:

- a) Desenvolvem uma atividade económica, enquanto atividade primária ou secundária, no âmbito das seguintes CAE e desde que compatível com os serviços enunciados no ponto 2;
 - i) 62010 - Atividades de programação informática;
 - ii) 62020 - Atividades de consultoria em informática;
 - iii) 62090 - Outras atividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática;
 - iv) 63110 - Atividades de processamento de dados, domiciliação de informação e atividades relacionadas;
 - v) 70220 - Outras atividades de consultoria para os negócios e a gestão;
 - vi) 71120 - Atividades de engenharia e técnicas afins;
 - vii) 72 - Atividades de investigação científica e de desenvolvimento;
 - viii) 74100 - Atividades de *design*;
 - ix) 74900 - Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, n.e.;
 - x) 94110 - Atividades de organizações económicas e patronais (ou outras estruturas associativas empresariais equiparadas).

A validação das atividades económicas das entidades é efetuada através da plataforma SICAE, devendo igualmente a atividade encontrar-se devidamente refletida no objeto social constante da respetiva certidão permanente (indicação de código de acesso, quando aplicável).

- b) Detêm competências próprias, através da descrição dos recursos humanos qualificados disponíveis (declarados nas folhas de Segurança Social da entidade, não incluindo estagiários, trabalhadores independentes, avenças, consultores externos e sócios gerentes não remunerados), comprovado com base no currículo da equipa técnica envolvida, experiência na prestação de serviços de inovação descritos no ponto 2 do presente Aviso, identificando obrigatoriamente os clientes de referência; para este efeito é obrigatório o *upload* do extrato da declaração de remunerações entregue à Segurança Social, do mês anterior ao da candidatura, que comprova os recursos humanos indicados;
- c) Dispõem de recursos técnicos necessários aos serviços a prestar, incluindo pelo menos um consultor sénior (com 5 ou mais anos de experiência nos serviços indicados no ponto 2 do aviso) e um mínimo de 3 postos de trabalho técnicos dedicados à prestação de serviços nos Vales;
- d) Não recorrem à subcontratação para prestar esses serviços, não sendo entendido como tal a aquisição marginal de serviços específicos em áreas técnicas de especialização complementares;
- e) Não prestarão serviços a entidades/empresas com as quais tenham relacionamentos societários (participe ou seja participada) ou participação comum em órgãos sociais (na entidade acreditada ou na empresa onde serão prestados os serviços);
- f) Não têm candidaturas enquanto beneficiários de Vales Inovação;
- g) Não têm dívidas à Segurança Social e à administração fiscal e não têm salários em atraso;
- h) Dispõem de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;
- i) Autorizam a divulgação da informação apresentada no formulário de pedido de registo para efeitos de divulgação junto dos potenciais clientes (beneficiários dos projetos “Vale Comércio”);
- j) Atualizarão a informação e as declarações prestadas no pedido de registo sempre que se registem alterações relativamente às declarações efetuadas ou às competências e recursos técnicos afetos pela entidade à prestação de serviços para os Vales;
- k) Autorizam a realização de verificações de controlo específicas, por parte das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais envolvidos no financiamento dos projetos “Vale Comércio”, quanto à conformidade das declarações prestadas neste processo de acreditação.

A acreditação manter-se-á ativa enquanto todos os requisitos de acreditação se mantiverem.

Se a entidade prestar falsas declarações, perde a sua acreditação, ficando inibida, por um período de 3 anos após a observação desse acontecimento, de voltar a iniciar o processo de acreditação e de receber incentivos no âmbito dos Sistema de Incentivos às empresas / sistemas de apoio às entidades não empresariais do Portugal 2020.

Todo este processo de acreditação é efetuado com base nas declarações apresentadas pela entidade através de pedido de acreditação (formulário eletrónico) disponível no [Balcão 2020](#).

5. Seleção das candidaturas

No seguimento da submissão das candidaturas, há lugar a uma operação de verificação de conformidade em relação aos requisitos referidos nos números anteriores, operacionalizada no sistema de informação da rede do Sistema de Incentivos às empresas, incorporado no Balcão 2020, passando as entidades, na sequência dessa verificação, a integrar a bolsa de entidades acreditadas aplicável a todos os Programas Operacionais do Domínio Temático da Competitividade e Internacionalização.

A acreditação é efetuada por procedimento eletrónico com base nas declarações da entidade, sendo a validação da acreditação disponibilizada 5 dias após a deliberação da acreditação.

A lista das entidades acreditadas é disponibilizada no Balcão 2020.

A avaliação da conformidade das declarações é efetuada pelas Autoridades de Gestão e pelos Organismos Intermédios, que confirmam a acreditação das entidades após o *terminus* do prazo constante do ponto 1 do presente Aviso, tendo por base de análise a informação remetida por estas. No âmbito desta avaliação, as entidades que não preencham os requisitos referidos no ponto 4 do presente aviso não serão acreditadas.

Este processo de acreditação é aberto a todas as entidades que apresentem o pedido de acreditação e cumpram os requisitos acima enunciados, estando as entidades acreditadas sujeitas ao processo de avaliação referido no ponto 8 do presente aviso, sendo que poderá ser objeto de atualização em futuras fases de abertura, com vista à incorporação de novas entidades acreditadas.

Eventuais ajustamentos, julgados pertinentes, ou a suspensão deste processo de acreditação serão divulgados nos locais definidos no ponto 9 deste aviso.

6. Processo de contratação do serviço

Para concretizar os seus projetos, as empresas beneficiárias de Vales Comércio têm obrigatoriamente de contratar uma entidade previamente acreditada no presente processo publicado neste aviso.

A acreditação é efetuada num sistema de registo único, com regras comuns para todos os Programas Operacionais envolvidos no financiamento dos projetos de regime simplificado Vale Comércio.

A lista das entidades acreditadas é também disponibilizada às empresas beneficiárias dos Vales Comércio na Plataforma de Acesso Simplificado (PAS).

A informação relevante apresentada pela entidade acreditada na fase de registo é disponibilizada às empresas beneficiárias dos Vales Comércio, para que exista transparência e para que possam aferir dos serviços prestados, da qualidade, das competências e dos recursos disponíveis do prestador de serviços antes de contratualizarem essa prestação de serviços.

As entidades que sejam consultadas pelas empresas para apresentação de propostas de prestação de serviços e que não respondam à consulta poderão ver a sua acreditação revogada.

No Anexo A do presente aviso apresenta-se um diagrama-resumo do processo de acreditação e a subsequente contratação pelas empresas no âmbito da prestação de serviços de inovação do Vale Comércio.

7. Limite ao número de contratos ativos

Cada entidade acreditada pode ter no máximo de 20 contratos “ativos” (*).

(*) Contratos “ativos” - corresponde ao número de contratos que a entidade acreditada tenha celebrado com as entidades beneficiárias dos “Vales” e em que esta última ainda não tenha entregado o relatório de avaliação, previsto no número seguinte deste Aviso. Este controlo é efetuado pelo sistema de informação e apresentado na lista das entidades acreditadas (n.º de contratos possíveis/ativos), abrangendo todas as tipologias de vales (incluindo em avisos anteriores a este processo de acreditação).

8. Avaliação das entidades acreditadas

A avaliação das entidades acreditadas é efetuada em dois momentos:

- i. Fase 1 - a reportar na fase de adjudicação do serviço, na qual se fundamenta a seleção da entidade acreditada e a conformidade dos dados de registo das entidades acreditadas consultadas;

- ii. Fase 2 - a reportar com a conclusão do serviço contratado, na qual se apresenta informação avaliando o serviço prestado pela respetiva entidade acreditada na avaliação efetuada pelas empresas beneficiárias dos Vales Comércio.

A acreditação manter-se-á ativa enquanto todos os resultados das avaliações efetuadas sejam positivos. Um resultado de avaliação negativo, atribuído pelo beneficiário ou por outro mecanismo de avaliação, desencadeará uma auditoria específica por parte das Autoridades de Gestão que concederam o financiamento aos projetos dos quais resultou essa avaliação, podendo implicar a perda da acreditação da respetiva entidade ou a sua suspensão até se apurarem os resultados dessa auditoria.

Para as entidades que, durante o período de acreditação, não venham a ser selecionadas pelas empresas beneficiárias dos Vales Comércio, a renovação da acreditação estará dependente de uma fundamentação específica e aceite no âmbito do processo de avaliação.

9. Divulgação de resultados de acreditação

No portal [Portugal 2020](#), bem como nos respetivos *sites* das Autoridades de Gestão, ficará disponível a bolsa das entidades acreditadas e outra informação relevante sobre o presente aviso.

09 de janeiro de 2018

Presidente Comissão Diretiva do PO
Competitividade e Internacionalização

Jaime Andrez

Presidente Comissão Diretiva do PO
Regional do Norte

Fernando Freire de Sousa

Presidente Comissão Diretiva do PO
Regional do Centro

Ana Abrunhosa

Presidente Comissão Diretiva do PO
Regional de Lisboa

João Teixeira

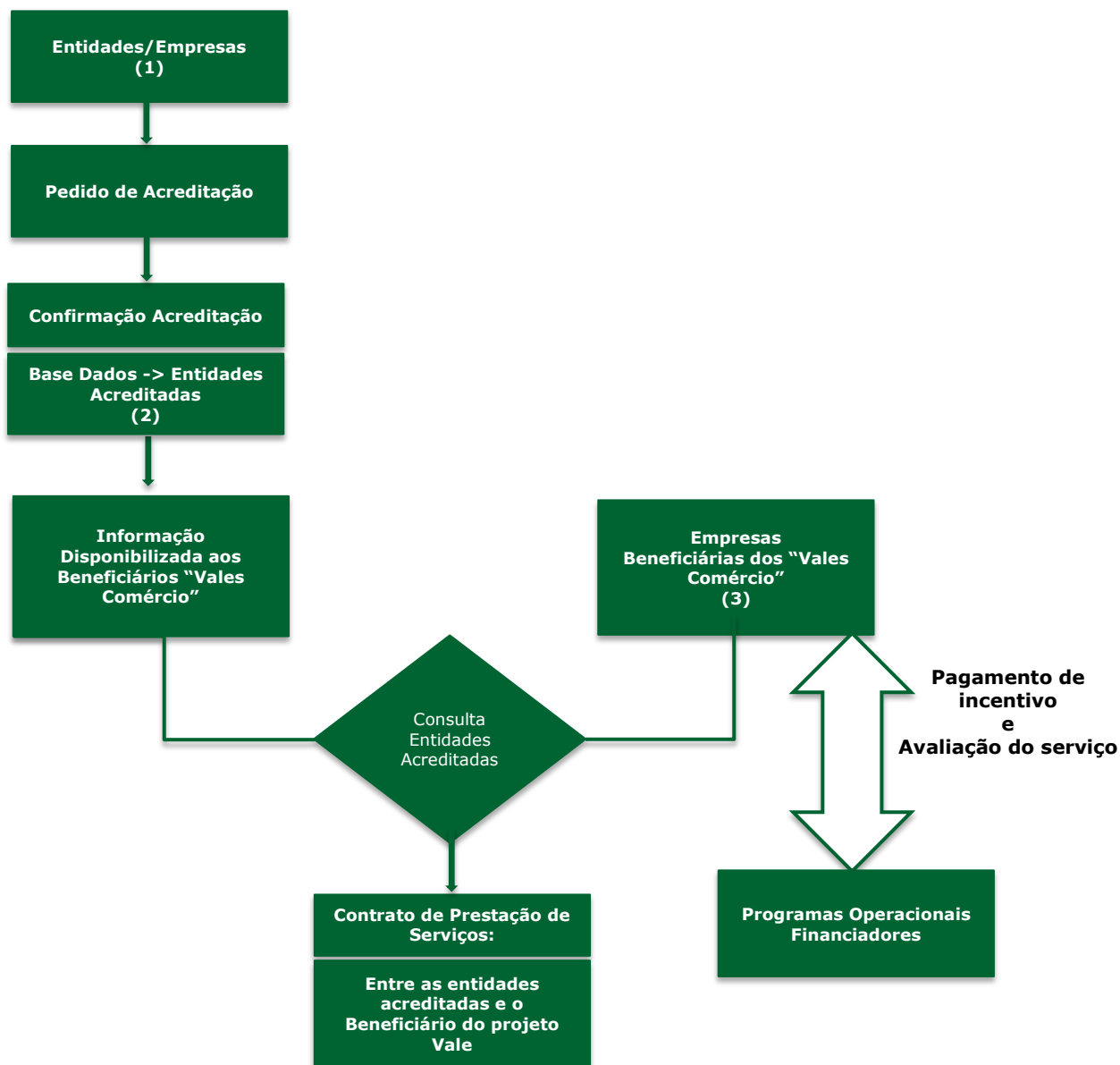
Presidente Comissão Diretiva do PO
Regional do Alentejo

Roberto Pereira Grilo

Presidente Comissão Diretiva do PO
Regional do Algarve

Francisco Serra

Anexo A - Diagrama sobre os procedimentos de acreditação e subsequente contratação



- (1) Entidades/Empresas que solicitem o pedido de acreditação com vista a realizarem a prestação de serviços às empresas beneficiárias dos projetos simplificados “Vales Comércio”.
- (2) A situação do pedido de acreditação pode ser consultada através da lista disponibilizada no portal Portugal 2020.
- (3) Beneficiários indicam nas candidaturas as entidades acreditadas consultadas.